



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Glória a Deus

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM Nº. 121/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2020

O **MUNICÍPIO SELVÍRIA/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvírio de Souza, 997 nesta cidade de Selvíria/MS, neste ato devidamente representado pelo Prefeito, JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, Unidade Orçamentária do Município de Selvíria, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.530.745/0001-16, com sede na Avenida João Selvírio de Souza, nº 926, centro, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Edgar Barbosa dos Santos.

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO “POR ITEM”**.

Data/Horário Da Sessão: 30/09/2020 às 09h00 (horário Brasília-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BLLCOMPRAS.ORG.BR

Retirada do Edital: Departamento de Licitações e Contratos. Dúvidas/Fone: (67) 3579 1486, e-mail: licitacaoSelvira@hotmail.com, nos dias úteis, das 08:00 às 14:00 (Retiradas) Sítio: <http://www.selvira.ms.gov.br> - Licitações e Contratos – Editais na Íntegra.

TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **“MENOR PREÇO”**, com CRITÉRIO DE JULGAMENTO **“POR ITEM”**, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, IN – 206/2019, Lei Federal nº 13.979/2020, (art. 4º-G), Lei Federal nº 14.035/2020 e, subsidiariamente e no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema BLL Compras (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei 10.520/02. Os trabalhos serão conduzidos, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL Compras” constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br).

LICITAÇÃO COM REGRAS ESPECIAIS TRAZIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 13.979/20 ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 14.035/20 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



1. DO OBJETO

1.1. O presente certame tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e montagem de Rede de Gases Medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso) e Réguas, para atender a demanda do Centro de Especialidades Médicas – CEM do Município, visando a instalação de leitos de estabilização de pacientes, até o remanejamento à unidade de referência/regulação hospitalar para enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19, conforme Anexo I – Termo de Referência.

2. DO PREÇO MÁXIMO

2.1. O valor máximo estimado para este Pregão é de R\$ 183.406,67 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).

2.2. A competição se dará por “**MENOR PREÇO POR ITEM**”.

2.3. O Município de Selvíria – MS reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado do item após o encerramento da etapa de lances do pregão eletrônico. Precedentes: Acórdão nº 1789/2009 – Plenário, Acórdão 3028/2010 -Segunda Câmara e Acórdão nº 2080/2012 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que estejam legalmente constituídas, enquadradas no ramo de atividade econômica pertinente (CNAE), comprovadamente correlacionado ao objeto desta licitação, que satisfaçam as condições exigidas no presente Edital e anexos, e que **estejam devidamente credenciadas no sítio eletrônico www.bllcompras.org.br**.

3.2 Não poderão participar deste pregão eletrônico:

3.2.1. Empresas que se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução e liquidação, em recuperação judicial ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.2.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Município ou do DF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



3.2.4. Empresas que estejam suspensas ou impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Selvíria;

3.2.5. Que tenha a participação de servidor da Prefeitura do Município de Selvíria, seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.2.6. Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

3.2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.8. Cooperativas, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

3.2.9. Empresas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras;

3.2.10. Empresas que não sejam do ramo ou atividade econômica do objeto licitado;

3.2.11. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº **8.666/93**.

3.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado do seguinte documento:

a) Instrumento particular de mandato outorgando poderes ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo II).

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo V).

3.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo XI).

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão, deverão cadastrar-se previamente junto ao Portal BLLCOMPRAS (endereço eletrônico: www.bllcompras.org.br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.1. Os interessados deverão nomear através do Termo de Adesão (*anexo II*), COM FIRMA RECONHECIDA, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil-BLL, atribuindo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante previa definição desenhada privada, pessoal e intransferível do representante, observadas as questões de datas e horários limite estabelecidos.

4.4. O uso e acesso ao sistema eletrônico são de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao órgão promotor do pregão eletrônico, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar n.º 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua empresa ou denominação e apresentar a ***declaração, sob as penas da lei, do empresário ou de todos os sócios de que o empresário ou a sociedade se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, assinada pelo seu proprietário ou sócios, ou, pela Certidão Simplificada de Regularidade da Junta Comercial da sede da licitante.***

4.5.1. A empresa enquadrada como MEI, deverá apresentar o **CCMEI (Certificado da Condição de Microempreendedor Individual)**, expedida com data não superior a 60 dias, juntamente com a declaração de enquadramento, *conforme anexo VII*.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



4.5.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo, bem como caracteriza crime nos termos do art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no edital.

4.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600, ou e-mail contato@bll.org.br.

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A Sessão Pública do pregão eletrônico será conduzida pelo Pregoeiro, via BLLCompras, a partir da data e horário previstos neste edital.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.4. A sessão pública do pregão poderá ser suspensa administrativamente, mediante comunicado do pregoeiro, no qual informará a data e horário previstos para reabertura da sessão.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Os documentos necessários tanto ao credenciamento, quanto à proposta e à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas (cartório), exceto as extraídas via Internet, as quais poderão, a qualquer momento, ser diligenciadas pelo Pregoeiro ou por qualquer membro de sua Equipe de Apoio.

6.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 6.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá encaminhar a proposta de preços, exclusivamente por meio do referido Sistema Eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o serviço ofertado, quantidade, prazos, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais, sob pena de desclassificação de sua proposta.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



7.1.2. Fica vedado ao licitante identificar-se, no Sistema Eletrônico, quando do registro de sua proposta, sob pena de desclassificação do certame pelo pregoeiro.

7.1.3. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os respectivos itens ser fornecidos a Prefeitura de Selvíria, sem ônus adicionais.

7.1.4. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos.

7.1.5. Os preços apresentados deverão ser expressos em Real (R\$), com no máximo até 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

7.1.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Classificadas as propostas, será aberta a etapa competitiva, ocasião em que os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6. Havendo mais de um lance de mesmo valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.

8.7. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (zero virgula cinco) por cento**.

8.9.1. Adotado o modo de disputa aberto, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme art. 31, inciso I, do Decreto nº 10.024/2019.

8.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



8.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.17.1. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Será assegurada, às microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos dos art.s 44 e 45, da Lc 123/06.

8.20. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de uma **(01) hora**, envie a proposta final adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.24. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços inexequíveis ou excessivos), poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema ainda em etapa de disputa, através de justificativa aceita pelo Pregoeiro, e mensagens registradas em Chat.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. A licitante melhor classificada na etapa de disputa de lances deverá, após solicitação do pregoeiro pelo Sistema Eletrônico, respeitado o prazo previsto no item 8.22.2., encaminhar a proposta de preços final adequada (**Anexo VI**), em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), endereço completo, número de telefone e e-mail, número de agência de conta bancária e dados pertinentes ao responsável pela assinatura do Contrato.

9.2.1. Para o disposto no item acima, a licitante deverá, através de sistema eletrônico, arquivar a referida proposta em documentos complementares, que permitirá inserção de arquivos mesmo após fase de disputa.

9.3. Na proposta (**Anexo VI**) a empresa vencedora deverá apresentar a readequação do novo valor proposto, devendo conter:

- a) Os valores dos impostos incorporados e somados ao valor final;
- b) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional Real (R\$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;
- c) O prazo de validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- d) Especificação completa do objeto oferecido com informações que possibilite a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no Anexo I, deste Edital;
- e) Data e assinatura do representante legal da proponente.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



9.4. Na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o unitário.

9.4.1. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá este último.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, incompletas ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou estar com a descrição em desacordo com a forma solicitada, do edital.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, caso em que poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8. No certame será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, verificada a ocorrência do **empate ficto**, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para os licitantes beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006.

9.8.1. Entende-se por empate ficto àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada ao final da fase de lances.

9.9. Para efeito do disposto no subitem 9.8.1, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.9.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.9.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem;

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



9.9.3.1. será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.9.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.9 e seguintes, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.9.5. Os dispostos estabelecidos no subitem 9.9 e posteriores, somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.10. Encerrada a análise quanto aos critérios de aceitabilidade da proposta, o pregoeiro passará a verificação da habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação dos licitantes, será exigida, a documentação relativa:

10.2 à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1 Cédula de Identidade ou documento oficial com foto de todos os sócios, administradores e procurador;

10.2.1.1. No caso de sociedade por ações, os documentos de identidade relativo aos presidentes, diretores ou outros responsáveis;

10.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (**Contrato Social e última alteração ou via consolidada**);

10.2.4. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem anterior;

10.2.5. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.2.6. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



10.3 à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

10.3.2. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** mediante apresentação dos seguintes documentos, nos termos da resolução conjunta PGFN/RFB n.º 3 de 22 de novembro de 2005, apresentando a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou Certidões Individuais até a expiração de seu prazo de validade;

10.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n.º 8036 de 11 de maio de 1990;

10.3.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.3.4.1. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** emitido pelo órgão competente, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.3.6. Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo (CNDT), emitida pelos portais da Justiça do Trabalho, na forma da Lei Federal 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST n.º 1470/2011; <http://www.tst.jus.br/certidao>.

10.4 à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

10.4.1 **Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias;

10.4.1.1 Caso a licitante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo, emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

10.5. à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.5.1. Prova de capacidade técnico-operacional mediante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação a ser feita por meio de **ATESTADO** em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, inexigindo - se na espécie a comprovação de quantitativos mínimos.

10.5.2. Declaração formal da empresa licitante de que tem disponibilidade de todo o equipamento, instalações e pessoal técnico especializado, necessários e essenciais para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, sem necessidade de comprovação e localização prévia; (anexo XII).

10.6. à OUTRAS COMPROVAÇÕES:

10.6.1. Declaração do licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz (*anexo VIII*). Sugerimos em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou.

10.6.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração. Identificar quem assinou. (*Anexo III*).

10.6.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que conhece e aceita o teor completo do edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. (*Anexo IX*).

10.7 Disposições Gerais da Habilitação:

10.7.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



10.7.2. A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (Art. 297 e 298 do CP) ou ideológica (Art. 299 do CP), e ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação e, se for caso, rescisão contratual.

10.7.3. As Microempresas e empresas de pequeno porte, mesmo que contenham alguma restrição documental Fiscal e Trabalhista, deverão apresentar todos os documentos exigidos no edital, conforme art. 43 da Lei n.º 123/06, alterada pela LC 155/2016.

10.7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de **02 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (§1º, art. 43 Lei n. 123/06, alterada pela LC 155/2016 c/c Lei Federal nº 13.979/20)

10.7.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

10.7.5. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome na matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

10.7.8. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7.9. Cumpridas às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a em campo próprio do sistema.

11.3. Será concedido ao licitante que tiver a sua manifestação de intenção aceita o prazo de 1 (um) dia para apresentação das razões do recurso, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. **De acordo com o que preconiza o art. 4º-G c/c art. 4º-G, §1º, da Lei Federal nº 13979/2020, com redação alterada pela Lei Federal nº 14.035/2020, os prazos do presente procedimento licitatório foram reduzidos pela metade.**

11.4. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.5. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados através do e-mail: licitacaoselviria@hotmail.com, respectivamente dentro dos prazos estabelecidos nos itens 11.3 e 11.4.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

11.8. Nas hipóteses de provimento de recurso, a sessão pública poderá ser reaberta, situação em que serão repetidos os atos porventura anulados e os que dele dependam.

11.8.1. Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a reabertura da sessão.

11.9. O Pregoeiro poderá sugerir, ainda, a anulação ou revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pela autoridade competente.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



11.10. Com base na Lei nº 13.979/2020 e suas alterações, os recursos interpostos pelos licitantes somente terão efeito devolutivo e não suspenderão as decisões recorridas. (**art. 4º-G, §2º**)

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

12.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

13.1 As despesas decorrentes com a execução da presente licitação correrão por conta das seguintes informações de dotação orçamentária:

02.02.13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

10.302.0035.2300.0000 – Manutenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso. 0 1 14

Ficha. 432

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Publicada a convocação da empresa vencedora para firmar o termo de contrato, o representante legal do licitante deverá assinar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação/convocação, conforme art. 62 c/c art. 64, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

14.2. Caso o licitante vencedor não apresente assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, no prazo e condições estabelecidas, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, sem prejuízo das sanções impostas pelo art. 81 da Lei de Licitações.

14.3. Vide Minuta do Termo de Contrato, respectivamente, na forma do Anexo IV deste edital.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



15. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os Serviços Deverão Contemplar:

15.1.1. Instalações de redes de gases de oxigênio, ar comprimido e óxido nitroso, conforme projeto;

15.1.2. Fornecimento dos materiais e mão de obra para a instalação das tubulações;

15.1.3. Instalação das centrais de cilindros de ar comprimido, oxigênio e óxido nitroso;

15.1.4. Instalação dos pontos de alimentação dos painéis de alarmes.

15.1.5. Testes de estanqueidade e pintura das tubulações, conforme norma NBR 12.189;

15.1.6. Todos os alarmes devem ser precisamente identificados e instalados em locais que permitam a sua observação constante e total.

15.1.7. Fornecer treinamento técnico operacional, de modo a transferir para os profissionais do Centro de Especialidades Médicas Municipal, o conhecimento necessário à perfeita utilização das redes de gases medicinais.

15.1.8. Fornecimento de laudo/certificado atestando que as redes foram construídas, higienizadas e testadas, e estão dentro dos padrões técnicos de construção e operação requeridos pelas boas práticas e legislação brasileira, e estão liberadas para serem utilizadas com qualidade e segurança pelo estabelecimento de saúde, ao final da prestação de serviço.

15.1.9. Fornecimento de ART devidamente recolhida do engenheiro responsável pela execução dos serviços no final prestação do serviço;

15.1.10. O prazo de garantia de toda à instalação da rede de gases medicinais será de 12 (doze) meses, contados da montagem e recebimento definitivo dos serviços. Período durante o qual a Contratada será responsável pela manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva, sem ônus para a Contratante.

15.1.11. Vide demais serviços e obrigações assumidas conforme Anexo I e Anexo IV, do edital.

15.2. Para fins de ateste de nota fiscal/fatura, será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, a fiscalização e aferição da quantidade de serviços realizados.

15.3. Os serviços serão requisitados com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência,

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



contados do início da prestação.

15.4. As obrigações decorrentes da execução dos serviços constantes deste edital serão firmadas através contrato ou instrumento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e no que dispõe o art. 62 da Lei n. 8.666.93.

15.5. O município enviará a Ordem de Serviço-OS por meio do e-mail exigido, onde a contagem do prazo para a entrega iniciar-se-á no primeiro dia útil após o envio do e-mail pelo município ou a requisição de compra poderá, inclusive, ser entregue pelo município, diretamente ao fornecedor.

15.6. Caso a fornecedora classificada não puder executar os serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao responsável pela solicitação, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

15.7. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a licitante vencedora **NÃO ATENDER AS ORDENS DE SERVIÇOS.**

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento à Contratada será efetuado em uma única parcela, no prazo de até **30 (trinta)** dias após a data de entrega do objeto, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

16.2 Os pagamentos somente serão efetuados após o recebimento definitivo do serviço, mediante apresentação do laudo de teste de estanqueidade, aprovado e atestado pelo fiscal do contrato e/ou representante técnico da administração.

16.3. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

16.4. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

16.5. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 01 (uma) via.

16.6. O CNPJ da detentora do pregão constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



16.7. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

16.8. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

16.9. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

16.10. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

17.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Selvíria pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará o licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor:

a) Advertência

b) Multa:

I) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).

II) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de execução.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



17.2. As multas de que tratam as alíneas anteriores somente poderão ser relevadas quando os fatos geradores das penalidades decorram de caso fortuito ou força maior, que independa da vontade do licitante e, quando aceitos, justifiquem o atraso.

17.3. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.4. As sanções serão aplicadas (cumulativamente ou não) de acordo com o caso concreto e coma gravidade dos atos apurados oportunamente quando da sua ocorrência. Das penalidades aplicadas o participante/licitante tem direito de defesa garantido constitucionalmente.

17.5. Aquele que ofertar o lance final e na fase de apresentação de documentos recusar-se a manter a proposta, será aplicada multa no valor de 0,5% do valor da proposta que ofertou.

17.6. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

18. DA IMPUGNAÇÃO E DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até **01 (um) dia útil** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. (**art. 4º-G da Lei nº 13.979/20**)

18.2. A impugnação deverá ser encaminhada exclusivamente para o e-mail licitacaoselviria@hotmail.com, em formato de texto (extensão: .doc/.jpeg/.pdf), no horário de 8h às 18h.

18.2.3. Os pedidos encaminhados após o horário estipulado (após as 18 horas) passarão a ter seu prazo computado somente a partir das 8 horas do próximo dia útil.

18.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



- 18.3.1. Número do pregão eletrônico impugnado;
- 18.3.2. Nome da Empresa impugnante;
- 18.3.3. Razões da impugnação;
- 18.3.4. Nome do signatário da impugnação;
- 18.3.5. Dados da empresa impugnante.

18.4 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 01 (um) dia útil, contados da data de recebimento da impugnação.

18.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.6. Não será reconhecida a impugnação quando vencido o prazo de interposição.

18.7. Os pedidos de esclarecimentos em relação às eventuais dúvidas presentes no edital serão enviados ao pregoeiro, até 01 (um) dia útil antes da data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico.

18.8 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 01 (um) dia útil, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

18.9. Aplicam-se às solicitações de esclarecimento as mesmas disposições contidas nos subitens 18.2 e 18.3 deste edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e, desde que, não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança desta aquisição.

19.2. Caso não haja expediente, ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste edital, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.3. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



19.4. Fica assegurado ao Município o direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, ou rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, nos ditames do artigo 3º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, obrigando-se os fornecedores ao cumprimento integral de suas propostas, nas condições definidas na Sessão Pública deste Pregão, sem que lhes caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor da proponente e sob pena da aplicação do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

19.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

19.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.9. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação;

19.10. O desatendimento a exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

19.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

19.12. O resultado deste certame será divulgado na Imprensa Oficial do Município <http://diariooficialms.com.br/assomasul>.

19.13. Integram o presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II - Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico da BLL DO BRASIL.

ANEXO II-A - Indicação de Usuário do Sistema

ANEXO III - Declaração assegurando a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



- ANEXO IV** - Minuta do Termo de Contrato
ANEXO V - Declaração do licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.
ANEXO VI - Modelo de Proposta Comercial – Licitante Vencedor
ANEXO VII - Enquadramento como Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.
ANEXO VIII - Declaração Proibição prevista no art. 7º da CF.
ANEXO IX - Modelo de Aceite do teor do Edital.
ANEXO X – Planta Baixa Centro de Especialidades Médicas
ANEXO XI - Valor de Custo pela Utilização do Sistema
Anexo XII - Modelo de Declaração Pessoal Técnico Especializado

19.14. A participação nesta licitação implica o conhecimento e a aceitação das condições ora discorridas, bem como de todas as disposições legais que, direta ou indiretamente, venham a incidir sobre o presente procedimento.

19.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

19.16. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no BLLCOMPRAS e as especificações técnicas constantes no Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

19.17. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.18. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Selvíria - MS, 21 de Setembro de 2.020.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Neste Termo de Referência estão descritos os requisitos mínimos para a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e montagem da Rede de Gases Medicinais, em atendimento a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde com base na Lei Federal n.º 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Federal nº 13.979/20, Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e montagem de Rede de Gases Medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso) e Réguas, para atender a demanda do Centro de Especialidades Médicas – CEM do Município, visando à instalação de leitos de estabilização de pacientes, até o remanejamento à unidade de referência/regulação hospitalar para enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A instalação da Central de Gás medicinal é essencial para atender as necessidades do CEM, visando a instalação de leitos de suporte ventilatório pulmonar, voltados para a estabilização de pacientes, até o remanejamento do paciente à unidade de regulação do município para enfrentamento da covid-19. Além disso, os gases medicinais são de extrema importância para fins terapêuticos, sendo inestimáveis nas diversas áreas da medicina; Como os medicamentos, eles são utilizados com o objetivo, por exemplo, de ventilar, oxigenar ou até mesmo anestesiá-los a dor de um paciente.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

4.1. Fornecimento e instalação de Rede de Gases Medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso), sendo:

ITEM	LOCAL	QTDDE.	POSTOS		
			Oxigênio	Ar Comprimido	Óxido Nitroso (N ₂ O)
01	Sala Cirúrgica	02	02 Pontos por sala.	04 Pontos por sala.	02 para cada sala
02	Pós Operatório com 02 Leitos cada	01	02 Pontos	04 Pontos	xxxx
03	Enfermarias com 03 Leitos cada	03	03 Pontos por sala	06 Pontos por sala	xxxx
04	Isolamento (antes Maternidade) com 01 Leito	01	01 Ponto	02 Pontos	xxxx

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



05	Sala de Estabilização (emergência) com 02 Leitos	01	02 Pontos	04 Pontos	xxxx
06	Sala de Estabilização (emergência) com 01 Leito	01	01 Ponto	02 Pontos	xxxx
07	Sala de Observação com duas Posições (poltronas)	01	02 Pontos	02 Pontos	xxxx
08	Sala de Raio-X	01	01 Ponto	01 Ponto	xxxx
09	Expurgo	01	xxxx	01 Ponto	xxxx

4.2. Os pontos de consumo deverão ser localizados na cabeceira dos leitos a uma altura aproximada de 1,5 m acima do piso e 0,20 cm entre pontos, obedecendo a RDC 050 da ANVISA e norma 12188 da ABNT.

4.3. Do Sistema de Instalação:

a) fornecimento e instalação de Central Manifold 4+4 completa para Oxigênio, com válvulas de manejo rápido para alternância operante/reserva, dois reguladores, válvulas de alta pressão, chicotes com malha de inox para cilindro e estrutura de montagem. Deverá estar previsto na interligação da central à rede de oxigênio, derivação com válvula para futura instalação de Tanque Criogênico, caso aplicável;

b) fornecimento e instalação de Central Manifold 4+4 completa para Ar Estéril (ar comprimido), com válvulas de manejo rápido para alternância operante/reserva, dois reguladores, válvulas de alta pressão, chicotes com malha de inox para cilindro e estrutura de montagem. Deverá estar previsto na interligação da central à rede de ar comprimido, derivação com válvula para futura instalação de Compressor, caso aplicável;

c) fornecimento e instalação de Central Manifold 1+1 para Óxido Nitroso, com válvulas de manejo rápido para alternância operante/reserva, dois reguladores, válvulas de alta pressão, chicotes com malha de inox para cilindro e estrutura de montagem.

d) fornecimento e instalação de tubulação em cobre sem costura Classe A, espessura mínima aprox.: 200mts/22mm, 445mts/15mm, passando sobre a laje, distribuindo até a cabeceira dos leitos até 1.5 m do piso, sendo as descidas até os pontos aparente, para as redes de Oxigênio, Óxido Nitroso e Ar Medicinal.

e) fornecimento e instalação de 04 Régua de Gases Medicinais para Sala(s) Cirúrgica(s), fabricadas totalmente em alumínio finalizadas com pintura epóxi alto brilho, painel frontal basculante para acesso facilitado à manutenção, largura de 90cm, sendo a seguinte configuração:

e.1) 01 Ponto de Óxido Nitroso (N₂O); 02 Pontos de Ar Comprimido (Ar); 01 Ponto de Oxigênio (O₂); 08 Tomadas 127V 20A; 04 Tomadas 220V e 01 Ponto de Dados.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



f) fornecimento e instalação de aproximadamente 20 Réguas de Gases Medicinais para Leitos e demais, fabricadas totalmente em alumínio finalizadas com pintura epóxi alto brilho, painel frontal basculante para acesso facilitando à manutenção, largura de 90cm, sendo a seguinte configuração:

f.1) 02 Pontos de Ar Comprimido (ar); 01 Ponto de Oxigênio (O₂); 08 Tomadas 127V 20A; 04 Tomadas 220V e Ponto de Dados.

g) fornecimento e instalação de Posto de Consumo completo para Oxigênio (08itens);

h) fornecimento e instalação de Posto de Consumo completo para Ar Comprimido (09 peças);

i) fornecimento e instalação de Posto de Consumo completo para Óxido Nitroso (01 peça).

j) fornecimento e instalação de 01 (um) Painel de Alarme de monitoramento (sonoro, digital e visual) **para cada tipo de gás**, com a finalidade de indicar a pressão da rede e sinalizar quando a mesma atingir níveis críticos.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. OS SERVIÇOS DEVERÃO CONTEMPLAR:

a) Instalações de redes de gases de oxigênio, ar comprimido e óxido nitroso, conforme projeto;

b) Fornecimento dos materiais e mão de obra para a instalação das tubulações;

c) Instalação das centrais de cilindros de ar comprimido, oxigênio e óxido nitroso;

d) Instalação dos pontos de alimentação dos painéis de alarmes.

e) Testes de estanqueidade e pintura das tubulações, conforme norma NBR 12.189;

f) Todos os alarmes devem ser precisamente identificados e instalados em locais que permitam a sua observação constante e total.

g) Fornecer treinamento técnico operacional, de modo a transferir para os profissionais do Centro de Especialidades Médicas Municipal, o conhecimento necessário à perfeita utilização das redes de gases medicinais.

h) Fornecimento de laudo/certificado atestando que as redes foram construídas, higienizadas e testadas, e estão dentro dos padrões técnicos de construção e operação

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



requeridos pelas boas práticas e legislação brasileira, e estão liberadas para serem utilizadas com qualidade e segurança pelo estabelecimento de saúde, ao final da prestação de serviço.

i) Fornecimento de ART devidamente recolhida do engenheiro responsável pela execução dos serviços no final prestação do serviço;

j) O prazo de garantia de toda à instalação da rede de gases medicinais será de 12(doze) meses, contados da montagem e recebimento definitivo dos serviços. Período durante o qual a Contratada será responsável pela manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva, sem ônus para a Contratante.

5.2. Requisitos da Montagem das Tubulações:

5.2.1. Antes da instalação, todos os tubos, válvulas e conexões, devem ser devidamente limpos de óleos, graxas e outros materiais combustíveis.

5.2.2. Após a limpeza os tubos deverão ser tamponados e armazenados de forma a evitar recontaminação antes da montagem.

5.2.3. As tubulações, válvulas reguladoras de pressão, manômetros e outras válvulas que fazem parte da central devem ser construídos com materiais adequados ao tipo de gás com o qual irão trabalhar e instalados de forma a resistir às pressões específicas;

5.2.4. As conexões deverão ser soldáveis e, quando da aplicação de solda, serão executadas com conexões de cobre sem anel de estanho, soldadas com solda prata mín. 27%, devendo ser inspecionadas após a pressurização para garantia contra vazamentos.

5.2.5. As válvulas de seção devem ser instaladas em local acessível, sem barreiras que impeçam sua operação em caso de manutenção ou de emergência. Devem estar sinalizadas com avisos de advertência para manipulação somente por pessoal autorizado.

5.2.6. As tubulações em cobre deverão ser fixadas de acordo com o diâmetro e dimensionamento, obedecendo as distâncias estabelecidas pela norma.

5.2.7. Após o término das instalações deverá ser feito um teste de estanqueidade utilizando o ar comprimido medicinal a uma pressão de 08 kgf/cm² por um período de 12 horas, com a finalidade de detectar possíveis vazamentos antes da entrega das instalações.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



5.2.8. Toda à equipe de montagem do executante deverá estar devidamente uniformizada, identificada e utilizando os EPI's que à função assim requer e é de obrigatoriedade.

6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRAZO

6.1. O participante vencedor deverá realizar o serviço no Centro de Especialidades Médicas - CEM, sito à Rua Rui Barbosa, nº 1000, centro, no Município de Selvíria – MS, CEP: 79.590-000, conforme solicitação do departamento competente, no prazo de 30 dias, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF/ Ordem de Serviço.

6.2. Em caso de alteração ou mudança no endereço, fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável por informar a licitante vencedora de tais alterações, não sendo esta modificação motivo por parte da licitante vencedora, para a não entrega dos objetos adjudicados. Tais alterações não gerarão nenhum ônus para a Administração.

6.3. Os serviços serão avaliados no momento da entrega e se considerados de má qualidade não serão aceitos e não serão pagos, ficando a contratada obrigada a refazê-los no prazo de até 15 (quinze) dias.

6.4. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93, após comprovação da adequação do objeto aos termos contratuais.

7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O fiscal do contrato será o servidor especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução de contratos administrativos. É o representante da Administração, especialmente designado nas formas do art. 67 e 73, da Lei nº 8.666, de 1933, e do art. 6º, para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização de faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis, de acordo com as disposições contidas no Decreto Municipal N° 312/2020.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento à Contratada será efetuado em uma única parcela, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de entrega do objeto, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após o recebimento definitivo do serviço, mediante apresentação do laudo de teste de estanqueidade, aprovado e atestado pelo fiscal do contrato e/ou representante técnico da administração.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



9. DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente instrumento será até dia 31 de dezembro de 2020, contados a partir da data de sua assinatura e sua duração poderá ser prorrogada, somente, pelo período necessário a entrega dos materiais e instalações, nos termos do artigo 57, § 1º da Lei 8666/93 e suas alterações.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

10.1. Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

10.2. Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

10.3. Fornecer os materiais e equipamentos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

10.4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigar prontamente a atender.

10.5. Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

10.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

10.7. Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.8. Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Exercer a fiscalização do objeto contratado por intermédio de servidores especialmente designados, na forma do Decreto Municipal nº 312/2020.

11.2. Realizar rigorosa conferência das características do objeto, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel e correta das aquisições e dos serviços contratados.

11.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo, quando se fizerem necessárias.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



11.4. Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades observadas na execução do objeto contratado.

11.5. Permitir o acesso da Contratada nas dependências da Contratante para a execução do objeto contratado, observando as normas de segurança pertinentes.

11.6. Proceder à construção e adequação de abrigo para centrais de gases/compressor, quando houver, conforme projeto.

11.7. Realizar as interligações elétricas para as régua medicinal, caso aplicável.

11.8. Prestar informações e esclarecimentos que virem a ser solicitados pela Contratada, desde que seja do seu conhecimento e pertinente aos serviços contratados.

11.9. A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura Fornecedora, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais.

12. DO REQUISITO DA CONTRATAÇÃO E LEGISLAÇÃO PERTINENTE

12.1. Diante da complexidade do objeto da presente licitação, a instalação deverá respeitar as seguintes legislações:

- a) ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.
- B) NBR 7256: Tratamento de Ar em Unidades Médico-Assistenciais.
- c) PORTARIA nº 3523/98. Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária. Ministério da Saúde.
- d) RESOLUÇÃO RE 09 – De 24 de Outubro de 2.003. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- e) RDC Nº 50 e 301. De 20/03/2002 e 14/11/2002. Anvisa. Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Instalações de fluídos medicinais.

12.2. Apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa física ou jurídica como meio de prova de sua experiência no negócio e ainda abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial, será o documento pelo qual, quaisquer licitantes deverão comprovar sua expertise anterior na execução do objeto que está sendo contratado em uma licitação.

13. DA VISITA TÉCNICA

13.1. Poderá o interessado realizar visita técnica para tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Projeto.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



13.2. A visita deverá ser previamente agendada junto à Secretaria Municipal de Saúde, no horário das 07h às 13h, através do telefone (67) 3579-1235 e/ou pelo e-mail saude.selviria.licitacao@hotmail.com.

13.3. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação dos orçamentos/propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

13.4. Eventuais discrepâncias/inconsistências observadas na fase de vistoria - inclusive e principalmente às relativas ao prazo de execução e às especificações dos itens e serviços - deverão ser apontadas formalmente (por escrito) à Secretaria Municipal de Saúde, que poderá rever o Projeto, quanto à viabilidade de possíveis alterações.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



ANEXO II

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)			
Razão Social:			
Ramo de Atividade:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade:		UF:	
CEP:		CNPJ:	
Telefone Comercial:		Inscrição Estadual:	
Representante Legal:		RG:	
E-mail:		CPF:	
Telefone Celular:			
Whatsapp:			
Resp. Financeiro:			
E-mail Financeiro:		Telefone:	
E-mail para informativo de edital			
ME/EPP: () SIM () Não			

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - I. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme próximo Anexo;
 - V. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.
4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo V do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.
5. O presente Termo de Adesão é por prazo indeterminado, podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.
6. O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2020.

(assinatura)

(Assinatura(s) com firma reconhecida em cartório)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



ANEXO II-A
ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA

INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:			
CNPJ/CPF:			
Operadores			
1	Nome:		
	CPF:	Função:	
	Telefone:	Celular:	
	Fax:	E-mail:	
	Whatsapp		
2	Nome:		
	CPF:	Função:	
	Telefone:	Celular:	
	Fax:	E-mail:	
	Whatsapp		
3	Nome:		
	CPF:	Função:	
	Telefone:	Celular:	
	Fax:	E-mail:	
	Whatsapp		

O Licitante reconhece que:

- I. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- IV. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2020.

(assinatura)

(Assinatura(s) com firma reconhecida em cartório)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO III

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
PARA LICITAR OU CONTRATAR**

- DECLARAÇÃO -

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do Pregão Eletrônico n.º __/2020– Processo Adm. n.º __/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Selvíria, DECLARO sob as penas das Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/1993 e suas alterações que, em relação à empresa mencionada acima, inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2020.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente).

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SELVÍRIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA

Os infra-assinados, de um lado, como contratante, o **MUNICÍPIO DE SELVÍRIA MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvírio de Souza, 997, nesta cidade de Selvíria MS, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Sr. **JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG. nº 527.522.934 - SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 035.384.914-61, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 829, nesta cidade de Selvíria/MS, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Unidade Orçamentária do Município de Selvíria, Inscrita no CNPJ sob o n.º 10.530.745/0001-16, com sede na Avenida João Selvírio de Souza, n.º 926, Centro, Selvíria/MS, CEP: 79.590-000, neste ato devidamente representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Edgar Barbosa dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 16.871.458 9 SSP/SP e do CPF nº 421.206.591 - 68, residente e domiciliado na Rua Vereador Adelmo Zambom, nº 978, Selvíria/MS – CEP 79.590-000 e; de outro lado, como contratada, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º _____, com sede na _____, nº __, Bairro, nesta cidade de _____, por seu representante legal, o senhor _____, brasileiro, regime de comunhão _____, profissão _____, portador(a) do RG. n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, residente e domiciliado na _____ nº _____, Bairro, nesta cidade de _____, celebram entre si, o presente Contrato Administrativo, conforme cláusulas e condições abaixo.

Cláusula primeira - do fundamento legal

1.1 O presente contrato é celebrado com fundamento no Pregão Eletrônico n.º 08/2020, Processo Adm. n.º 121/2020, devidamente homologado pelo Prefeito aos ____ de _____, em conformidade com a Lei n.º 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei nº 13.979/20 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

Cláusula segunda - do objeto

2.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e montagem de Rede de Gases Medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso) e Réguas, para atender a demanda do Centro de Especialidades Médicas – CEM do Município, visando a instalação de leitos de estabilização de pacientes, até o remanejamento à unidade de referência/regulação

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



hospitalar para enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19, conforme Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte, juntamente com a proposta do licitante vencedor.

2.2 O objeto deverá compreender os itens, especificações, quantidades e valores, conforme abaixo:

EMPRESA, CNPJ/MF sob n.º 00.000.000/0000-00			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR TOTAL

Cláusula terceira – da prestação dos serviços

3.1. Os Serviços Deverão Contemplar:

3.1.1. Instalações de redes de gases de oxigênio, ar comprimido e óxido nitroso, conforme projeto;

3.1.2. Fornecimento dos materiais e mão de obra para a instalação das tubulações;

3.1.3. Instalação das centrais de cilindros de ar comprimido, oxigênio e óxido nitroso;

3.1.4. Instalação dos pontos de alimentação dos painéis de alarmes.

3.1.5. Testes de estanqueidade e pintura das tubulações, conforme norma NBR 12.189;

3.1.6. Todos os alarmes devem ser precisamente identificados e instalados em locais que permitam a sua observação constante e total.

3.1.7. Fornecer treinamento técnico operacional, de modo a transferir para os profissionais do Centro de Especialidades Médicas Municipal, o conhecimento necessário à perfeita utilização das redes de gases medicinais.

3.1.8. Fornecimento de laudo/certificado atestando que as redes foram construídas, higienizadas e testadas, e estão dentro dos padrões técnicos de construção e operação requeridos pelas boas práticas e legislação brasileira, e estão liberadas para serem utilizadas com qualidade e segurança pelo estabelecimento de saúde, ao final da prestação de serviço.

3.1.9. Fornecimento de ART devidamente recolhida do engenheiro responsável pela execução dos serviços no final prestação do serviço;

3.1.10. O prazo de garantia de toda à instalação da rede de gases medicinais será de 12 (doze) meses, contados da montagem e recebimento definitivo dos serviços. Período durante o qual

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



a Contratada será responsável pela manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva, sem ônus para a Contratante.

3.1.11. Vide demais serviços e obrigações assumidas diante do Anexo I – Termo de Referência.

3.2. Os serviços serão requisitados com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, contados do início da prestação.

3.3. O município enviará a Ordem de Serviço-OS por meio do e-mail exigido, onde a contagem do prazo para a entrega iniciar-se-á no primeiro dia útil após o envio do e-mail pelo município ou a requisição de compra poderá, inclusive, ser entregue pelo município, diretamente ao fornecedor.

3.4. Caso a fornecedora classificada não puder executar os serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao responsável pela solicitação, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

Cláusula quarta- da vigência

4.1 O prazo de validade do presente instrumento será até 31 de dezembro de 2020 (31/12/2020), contados a partir da data de sua assinatura.

4.2 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem ao objeto contratado em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 4º-I, da Lei Federal nº 13.979/2020.

4.3 Os acréscimos, supressões e a prorrogação da vigência do contrato serão feitos mediante elaboração de Termo Aditivo, desde que a empresa contratada manifeste seu interesse 30 (trinta) dias antes do seu vencimento, ou ainda nos casos em que o interesse partir da Administração, desde que, ocorram dentro dos prazos legais.

4.4 Manter, durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Devendo comunicar imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste Contrato.

Cláusula quinta - do valor e do pagamento

5.1. O pagamento à Contratada será efetuado em uma única parcela, no prazo de até **30 (trinta)** dias após a data de entrega do objeto, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal,

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

5.2 O valor total do contrato é de R\$ _____ (_____).

5.3 As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao licitante vencedor para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem acima começará a fluir a partir da data de sua reapresentação sem imperfeições.

5.4 As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato a ser firmado.

5.5 As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato a ser firmado e no caso de recurso proveniente de convênio, com o Estado ou União, deverá ser indicado o respectivo convênio para prestação de contas.

Cláusula sexta - da dotação orçamentária

6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação orçamentária, conforme segue:

02.02.13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

10.302.0035.2300.0000 – Manutenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.39.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso. 0 1 14

Ficha. 432

Cláusula sétima - da rescisão

7.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) amigável, isto é, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração;

b) administrativa, por ato unilateral e escrito da administração, nos casos previstos no artigo 78, da Lei nº 8.666/93;

c) judicial, nos termos da legislação processual.

7.2 A contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, sem que caiba à contratada direito de qualquer indenização,

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



sem prejuízo das penalidades pertinentes, ressalvado o direito de receber os serviços já prestados.

Cláusula oitava - das responsabilidades da contratada

- 8.1 Prestar os serviços, objeto desta licitação, **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviços, observando as especificações constantes no Edital e seus Anexos.
- 8.2 Fornecer os materiais, prestar os serviços e oferecer garantia mínima, conforme prazo e condições estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.
- 8.3 Prestar esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE.
- 8.4 Responsabilizar-se pelo descarte das embalagens, volumes ou qualquer material residual utilizados na execução dos serviços, conforme orientação da Contratante.
- 8.5 Responder pelos vícios e defeitos dos serviços ofertados e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da realização dos serviços e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas na execução do contrato, inclusive refazendo serviços que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas, quando indicado pela Fiscalização.
- 8.6 Substituir materiais que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas, quando indicado pela Fiscalização.
- 8.7 Responsabilizar-se pelas despesas de todo o material e mão-de-obra utilizados para execução dos serviços, que devem estar inclusas na proposta, inclusive dispondo de pessoal técnico qualificado e instrumentos/equipamentos para a execução dos serviços contratados.
- 8.8 Remover e substituir o(s) item(ns), às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação, caso vier a ser recusado por defeito ou quaisquer irregularidades, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação definitiva.
- 8.9 A Contratada se responsabilizará integralmente pela qualidade dos serviços prestados por ela ou por suas subcontratadas, se for o caso.
- 8.10 Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela Contratante sobre os serviços executados.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



Cláusula nona – das responsabilidades da contratante

- 9.1 Acompanhar, fiscalizar a execução do serviço contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto e o seu aceite;
- 9.2 Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do Contrato.
- 9.3 Efetuar o pagamento à Contratada nos termos deste Edital.
- 9.4 Proceder o rigoroso controle de qualidade dos serviços recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 9.5 Permitir o livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou pelos seus empregados em serviço
- 9.6 A Contratante poderá rejeitar mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.
- 9.7 Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais.

Cláusula décima - das sanções

- 10.1 O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às seguintes sanções, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo:
- a) Multa, na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e de conformidade com a interpretação da administração.
- b) Rescisão unilateral do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.2 As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



10.3 Será aplicada multa de 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor total estimado da contratação, quando:

- a) A licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;
- b) Cometer faltas não previstas no ato convocatório e no presente contrato.

10.4 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando:

- a) Recusar-se de realizar a execução do objeto, ora contratado, sem justa causa;
- b) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

Cláusula décima primeira - das substituições

11.1 O presente contrato não poderá ser transferido a terceiros, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

Cláusula décima segunda- dos casos omissos

12.1 Os casos omissos serão regulados de conformidade com as disposições do Decreto nº 10.024/2019, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 13.979/20 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula décima terceira – das condições gerais

13.1 As partes elegem o foro da comarca de Três Lagoas/MS, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste termo, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas instrumentarias, para que produza os efeitos legais.

Selvília/MS, - ____ de _____ de 2020.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



EDGAR BARBOSA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

EMPRESA/LICITANTE

Representante Legal

Testemunhas:

1. _____

RG:

2. _____

RG:

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO V

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**

- DECLARAÇÃO -

ÀO

MUNICÍPIO DE SELVÍRIA

Ao Senhor Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio.

PROCESSO ADM N.º ____/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2020

Prezado Pregoeiro:

DECLARAMOS, sob as penas das Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, conhecer e aceitar todas as condições constantes do Processo Adm. n.º ____/2020 e Pregão Eletrônico n.º ____/2020, bem como de seus Anexos e que, assim sendo, atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2020.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

Obs. Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO VI
Proposta Comercial
(modelo licitante vencedor)

Nome da Empresa (Razão Social).....
Endereço completo:
CEP:.....,Cidade:
CNPJ:, Telefone: Fax:
E-mail:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e montagem de Rede de Gases Medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso) e Réguas, para atender a demanda do Centro de Especialidades Médicas – CEM do Município, visando a instalação de leitos de estabilização de pacientes, até o remanejamento à unidade de referência/regulação hospitalar para enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19, conforme Anexo I – Termo de Referência.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

Pregão Eletrônico nº 08/2020 – Processo nº 121/2020, apresentamos nossa proposta conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	Qtde	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para Instalação de Rede de Gases Medicinais (oxigênio, ar comprimido, óxido nitroso) e Réguas, para atender a demanda do Centro de Especialidade Médicas – CEM do Município, visando a instalação de leitos de estabilização de pacientes, até o remanejamento à unidade de referência/regulação hospitalar para o enfrentamento do novo Coronavírus Covid-19, incluindo todo material necessário para a execução do serviço, conforme Projeto Básico e Planta Predial, integrantes desta proposta.	Serviços	1	

Detalhamento da Proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Fornecimento e instalação de central manifold 4+4 completa para oxigênio	und	1		
2	Fornecimento e instalação de central manifold 4+4 completa para ar estéril	und	1		
3	Fornecimento e instalação de central manifold 1+1 completa para óxido nitroso	und	1		
4	Fornecimento e instalação de tubulação de cobre Classe A	m	645		

AVENIDA JOÃO SELVÍRIO DE SOUZA, 997 - CENTRO – FONE/FAX ☎ (67)3579-1242
SELVÍRIA – MATO GROSSO DO SUL – CEP: 79590-000

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



5	Fornecimento e instalação de régua Medicinal para Sala Cirúrgica	und	4		
6	Fornecimento e instalação de régua Medicinal para Leitos	und	20		
7	Fornecimento e instalação de posto de consumo completo para oxigênio	und	8		
8	Fornecimento e instalação de posto de consumo completo para ar comprimido	und	9		
9	Fornecimento e instalação de posto de consumo completo para óxido nitroso	und	1		
10	Fornecimento e instalação de Painele Alarme para oxigênio, ar comprimido e óxido nitroso	und	3		
Total Geral				R\$.....	

**Planilha de composição de custos. Apenas licitante vencedor.*

Valor Total da Proposta de R\$ _____ (_____).

I - No preço ofertado estão computados todos os custos básicos incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto, inclusive tributos, contribuições incidentes, impostos, encargos sociais, materiais, mão-de-obra, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto desta contratação.

II - Validade da Proposta:dias (60 dias).

III - Banco, Agência, Conta Corrente

IV - Declaramos aceitar as condições expressas no Edital em anexo, conforme Decreto nº 10.024/2019, Lei nº 13.979/20, LC nº 123/06 e nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO:

Nome:

Qualificação (cargo ou função):

Dados pessoais (nacionalidade, estado civil e profissão):

Número dos documentos pessoais (RG, CPF):

Endereço completo:

Na proposta deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato.

Local: Data:/...../20.....

Assinatura / Carimbo

Nome Legível, CPF, RG

(Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato)

AVENIDA JOÃO SELVÍRIO DE SOUZA, 997 - CENTRO – FONE/FAX ☎ (67)3579-1242
SELVÍRIA – MATO GROSSO DO SUL – CEP: 79590-000

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO VII

PROCESSO ADM.N.º ____/2.020
PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2020.

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

(Este anexo é um modelo e deve ser feito preferencialmente em papel timbrado da licitante, apresentada junto ao credenciamento fora dos envelopes de propostas e documentação).

Eu, _____, RG N.º _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, CNPJ/MF N.º _____, e participante do **PROCESSO ADM.N.º ____/2020**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2020**, **DECLARO** sob as penas da lei, que a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previstos na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Local, data, nome e assinatura.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7, INCISO XXXIII, DA CARTA MAGNA.

(NOME DA EMPRESA)....., CNPJ ou CIC no.
....., sediada (endereço completo),
declara a estrita observância ao Princípio Constitucional do art. 7, inciso XXXIII da Carta
Magna, e estou ciente de que eventual revelação da infringência à regra, acarretará a
imediata inabilitação ou desclassificação do Pregão Eletrônico n.º__/2020, como a
rescisão do Contrato Administrativo que venha a firmar com o Município de
Selvíria/MS.

....., .. de de 20...

Representante Legal

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



ANEXO IX

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)....., CNPJ ou CIC no.
....., sediada (endereço completo).....,
declara, sob as penas da lei, de que conhece e **aceita** o teor completo do edital,
ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e
informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da
licitação.

(a)
nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

....., .. de de 2.....

.....
Representante Legal

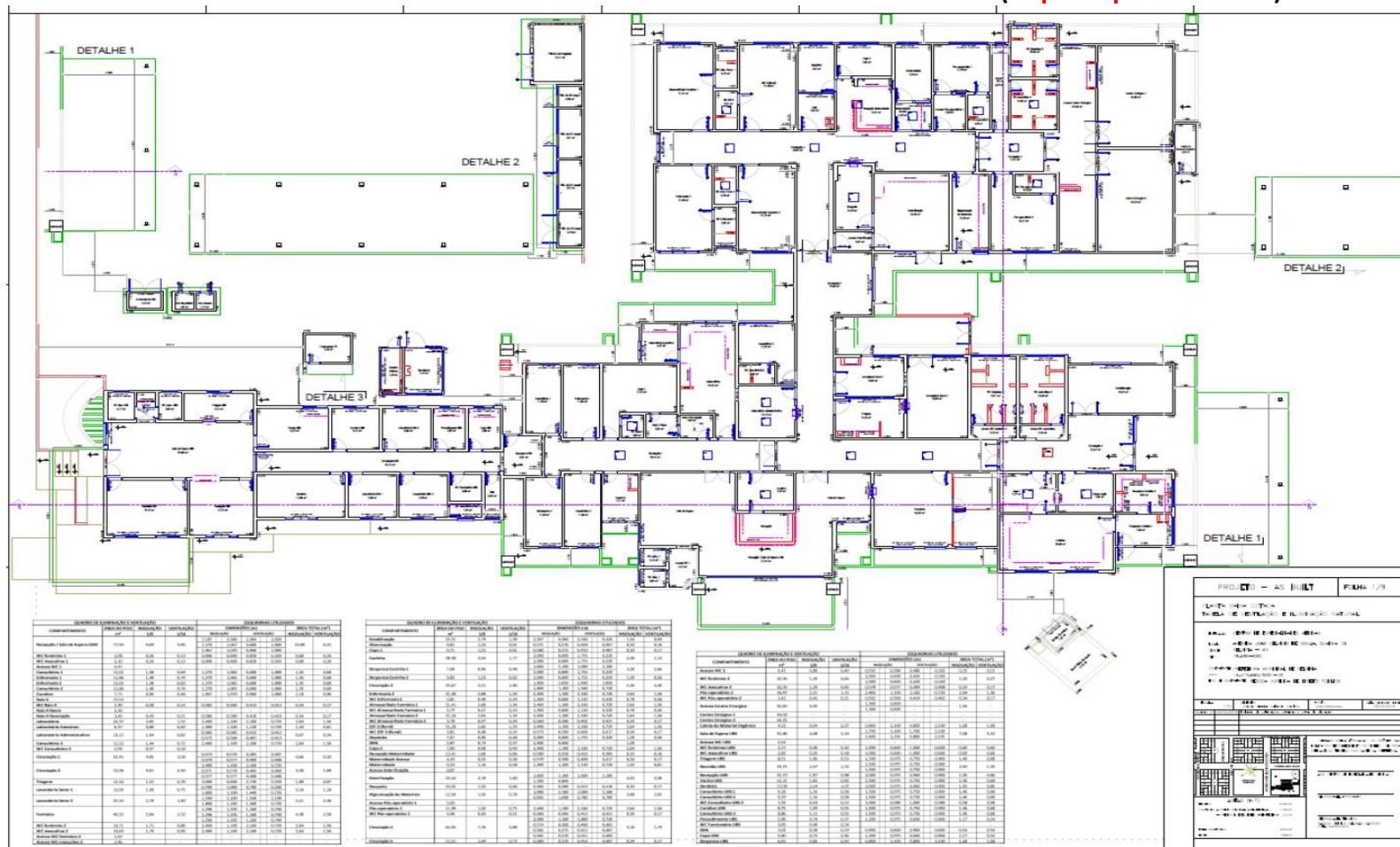
PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO X – PLANTA BAIXA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS (arquivo .pdf em anexo)



pag.1

AVENIDA JOÃO SELVÍRIO DE SOUZA, 997 - CENTRO – FONE/FAX ☎ (67)3579-1242
SELVÍRIA – MATO GROSSO DO SUL -- CEP: 79590-000

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



The architectural drawings for the 'AS BUILT' project are as follows:

- CORTE A-A 1:100**: A vertical section showing the building's profile with multiple levels and a flat roof.
- PLANTA DE COBERTURA 1:75**: The roof plan showing the layout of the roof structure, including various rooms and a central courtyard area. It includes labels for 'Techo unidades fluvicromáticas' and 'Techo unidades fluvicromáticas' with a 1:10,000 scale.
- CORTE B-B 1:100**: A vertical section showing the building's profile from a different angle, highlighting the internal structure and the roof.
- FACHADA 1:100**: The facade drawing showing the building's exterior with windows, doors, and a central entrance.

AVENIDA JOÃO SELVÍRIO DE SOUZA, 997 - CENTRO – FONE/FAX ☎ (67)3579-1242
SELVÍRIA – MATO GROSSO DO SUL – CEP: 79590-000

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



ANEXO XI

VALOR DE CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
(somente licitante vencedor)

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2020.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

PROCESSO	
FLS	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO XII

Modelo de Declaração Pessoal Técnico Especializado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº20...

(NOME DA EMPRESA),
inscrita no CNPJ/MF nº....., sediada a Rua/Av.....,
nº....., Bairro....., Cep:....., Município de -, declara
sob as penas da lei, que tem disponibilidade de todo o pessoal técnico especializado,
equipamento e instalações, durante toda a execução do contrato, necessários e
essenciais para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, ciente da obrigatoriedade
de declarar ocorrências posteriores.

(a)
Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

PROCESSO	
FLS	
VISTO	